

# Esquerda quer atrair Centro

## Objetivo é conquistar votos para teses progressistas

REJANE DE OLIVEIRA  
Da Editoria de Política

Atrair para suas causas os constituintes de centro — que representam cerca de 40 por cento dos parlamentares — através de movimentos de pressão popular. Esta é a estratégia da esquerda para conquistar a maioria dos votos da Assembleia Nacional Constituinte, assegurando a elaboração de um texto constitucional progressista.

A eleição para presidente da Câmara e a votação da questão de ordem em torno da participação dos senadores eleitos em 82 deixaram claro que os setores de esquerda não representam mais de 30 por cento da Constituinte. Como a ala conservadora é estimada em percentual parecido, as principais decisões caberão mesmo aos parlamentares de centro, uma massa de mais de duzentos constituintes, basicamente susceptível a influências de uma e da outra facção.

### AQUECIMENTO

Para a deputada Cristina Tavares (PE), expoente da esquerda do PMDB, os parlamentares ainda estão em fase de "aquecimento" e seria prematuro delimitar rigorosamente as tendências ideológicas da Constituinte. Ela acredita, contudo, que os progressistas devem ficar em torno dos 150 parlamentares, um número próximo aos votos recebidos pelo deputado Fernando Lyra na disputa pela presidência da Câmara.

A deputada pernambucana não concorda com a tese de que foi um erro estratégico das esquerdas apresentarem o seu potencial de fogo minoritário, logo no segundo dia da Constituinte. Em sua opinião, tanto a eleição do presidente da Câmara quanto a questão dos senadores de 82 serviram para identificar os possíveis aliados dos progressistas.

Segundo Cristina, a esquerda já sabe, por exemplo, que pode unir em torno de suas causas a totalidade do PT, do PCB, do PC do B, do PSB, 30 por cento do PMDB, 80 por cento do PDT e pelo menos 20 por cento do PFL. Está consciente, ainda, de que não conseguirá nada junto ao PDC e, no PDS, pode obter apoios menos por convicção ideológica e mais por insatisfação contra o Governo.

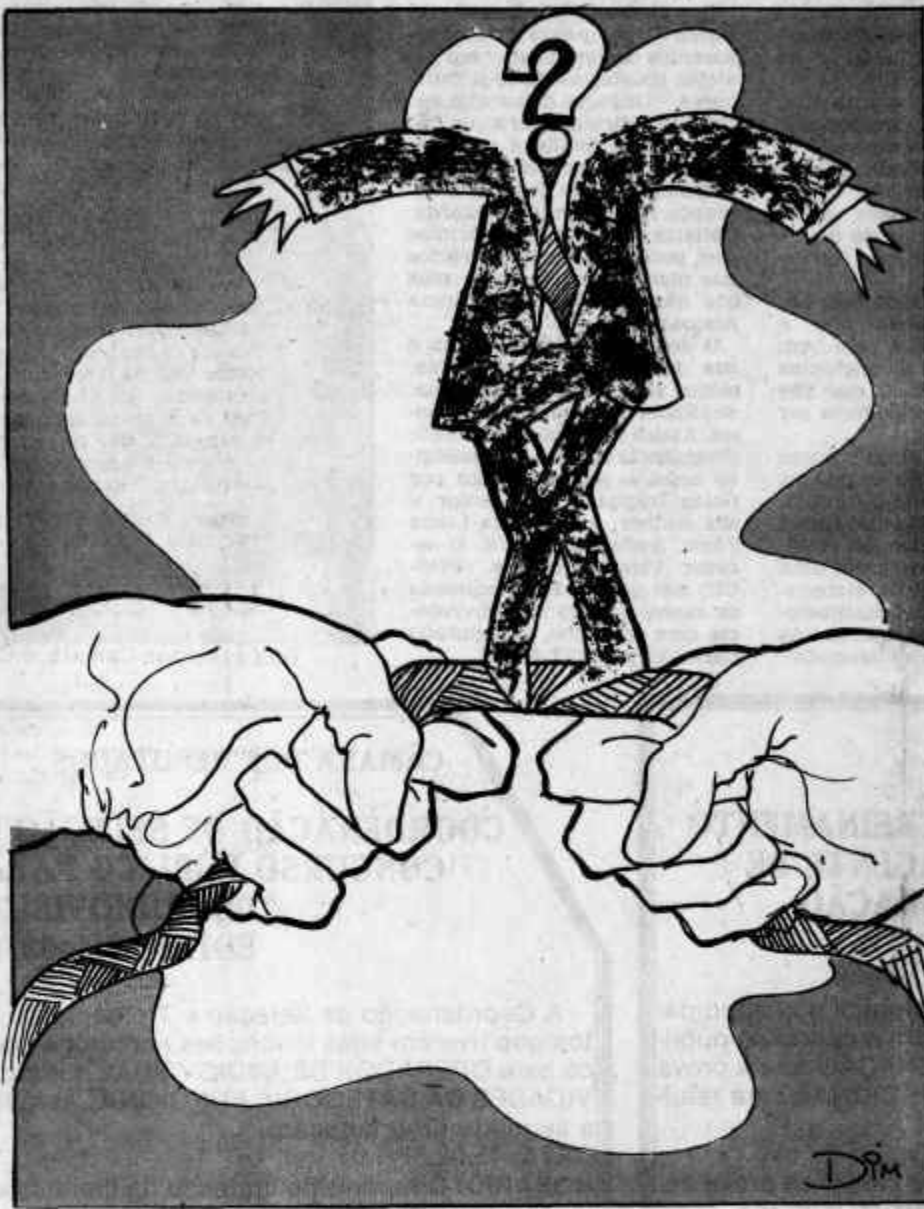
Alfás, no entender da deputada, as vinculações partidárias não contarão muito na Constituinte. Exatamente por isso é que as esquerdas não devem discriminar, reunindo o maior número possível de votos independentemente de onde eles venham.

Cristina Tavares nega que já haja uma estratégia formal definida para atrair os setores de centro. No momento, conforme revelou, a preocupação de seu grupo tem sido a de ampliar, dentro do próprio PMDB, a representatividade do setor progressista. O passo seguinte é a união com os aliados naturais para, só aí, desencadear uma campanha ofensiva, via pressão popular, para sensibilizar a imensa facção de centro da Constituinte.

"No momento em que o eleitorado começa a fazer cobranças, os parlamentares de centro passam imediatamente para o nosso lado". Contando com isso é que a peemedebista considera de fundamental importância estimular o engajamento popular nos trabalhos na Constituinte, através de eficiente serviços de divulgação envolvendo rádios, jornais e, principalmente, a televisão.

Neste sentido, a deputada apresentou um pacote de emendas ao regimento interno da Constituinte, propondo a convocação de cadeia nacional de rádio e TV para a transmissão diária de boletins sobre a atividade da Assembleia. "Precisamos mandar o nosso recado à Nação, mantendo-a permanentemente mobilizada. Não me refiro ao recado dos donos da televisão, ao sabor da ideologia das empresas, mas a um serviço de divulgação isento, que informe efetivamente à população a importância do que estamos votando aqui".

Para Cristina, ao contrário do que a imprensa vem divulgando, não existe qualquer desencanto da população em relação à Constituinte. As forças populares se farão sentir quando começar os debates sobre temas importantes como as questões agrária, tributária e da ordem econômica e social. "Por enquanto, essas forças ainda não apareceram porque não passaram sequer da fase de ela-



boração do regimento. Mas não se iludam os conservadores: a CNBB, os sindicatos e outras entidades representativas da sociedade estão mobilizados para pressionarem no momento oportuno".

### FLEXIVEL

No esforço para unir as esquerdas, até o líder Luis Inácio Lula da Silva sacudi a poeira sectária que cercava o PT e foi à tribuna deixar claro que não estava na Constituinte para discriminar ninguém.

Segundo o vice-líder petista Plínio Arruda Sampaio, autor da proposta de exclusão dos senadores eleitos em 82, a estratégia do seu partido na Constituinte é buscar pontos comuns em torno dos quais o maior número possível de parlamentares possa se unir, independentemente de filiação partidária.

O deputado considera cedo para determinar o exato potencial das esquerdas no plenário da Constituinte. O número de votos contra a permanência dos senadores de 82 representa, a seu ver, apenas uma "indicação", pois na verdade tanto os progressistas como os conservadores flutuarão em função dos assuntos em debate: "Determinado

constituinte pode assumir uma posição de esquerda em torno da propriedade privada, por exemplo, e ser radicalmente contra o aborto".

Plínio Sampaio concorda com a deputada Cristina Tavares em que a opinião pública será um fator decisivo nas definições da Constituinte. Para ele, a corrente de centro, majoritária, vai aliar-se aos progressistas ou aos conservadores na medida em que receber pressões populares em um ou no outro sentido.



Através de um movimento de opinião pública, o vice-líder do PT considera "perfeitamente viável" ampliar o bloco progressista até o limite de 280 votos na Constituinte, o suficiente para garantir a maioria absoluta do plenário e a aprovação de qualquer projeto. Ele cita a votação contra os senadores como justificativa para o seu otimismo: "A despeito das considerações afetivas envolvidas no assunto, conseguimos 126 votos sem promover a menor articulação política". Os petistas também têm

emendas para garantir a divulgação da Constituinte e, desta forma, manter a população motivada a acompanhar a elaboração da nova Carta Magna. "Estimular a participação popular é uma parte importante da estratégia para aprovar um bom texto constitucional", lembra Plínio Sampaio.

A nível pragmático, porém, ele reconhece que a esquerda não conseguirá nada a menos que preserve a sua unidade, ainda que isso implique em algumas concessões: "Não há unidade que não pressuponha certa flexibilidade", admite o deputado.

### COMPETENCIA

Para o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), a vitória dos progressistas na Constituinte é uma questão de competência. "Pressem superar as divergências históricas que sempre perseguiram as esquerdas. Desta vez, ou nos unimos para elaborar uma Carta socialmente justa, ou a direita imporá o seu projeto".

O parlamentar comunista não encara o resultado da eleição para a presidência da Câmara ou da votação quanto aos senadores como derrotas da esquer-

da. Em sua opinião, não houve conotação ideológica em nenhum dos casos. "Ao contrário, teve gente do PDS votando no Fernando Lyra e pedetistas optando pela participação dos eleitos de 82. Nem por isso os pedetistas são progressistas e o PDT reacionário".

Para Augusto, as vinculações partidárias valerão pouco quando a Constituinte começar a debater temas como a função social da propriedade, a soberania nacional, a remessa de lucros pelas multinacionais ou a estatização do sistema bancário. "Neste momento, em cima de assuntos específicos, é que se formarão os blocos da Constituinte".

A estratégia a ser adotada para garantir a vitória da esquerda se divide, de acordo com o comunista brasileiro, em duas etapas: em primeiro lugar, é imprescindível que os progressistas contrariem a tradição histórica e se unam em torno de suas ideias (neste sentido, ele considera fundamental o papel a ser desempenhado por lideranças catalizadoras como o deputado petista Luiz Inácio da Silva); O segundo passo é tentar atrair o centro, a partir da constatação de que os parlamentares deste grupo tenderão para onde a opinião pública indicar.

Carvalho fez questão de contestar, enfaticamente, as acusações de que o seu partido viria se comportando de maneira extremamente conciliatória na Constituinte: "Não é verdade, termos reafirmado constantemente as nossas posições ideológicas. Agora, o que não pretendemos é nos apegar a discussões intermináveis a respeito de detalhes, correndo o risco de esquecer o nosso verdadeiro objetivo aqui. Se não for possível conseguir o ideal, temos que ser flexíveis para avançar o máximo, dentro de um sistema de alianças que não discrimine pessoas nem partidos".

Só desta forma, "competentemente", segundo o deputado por Brasília, os progressistas terão chances de aprovar uma Constituição à altura dos anseios nacionais.

### RADICALISMO, NÃO

Já o deputado Sigmaringa Seixas, da ala progressista do PMDB, recusa-se a limitar as divisões da Constituinte às clássicas facções de esquerda e de direita. A seu ver, os parlamentares se colocarão diante de assuntos específicos sem prévios condicionamentos ideológicos, "até porque, numa discussão constitucional, haverá momentos em que radicais de extremos opostos estarão unidos por interesses comuns".

E justamente nesta flexibilidade que os progressistas devem se apoiar para conquistar uma Carta socialmente justa. Segundo o parlamentar brasileiro, "não se consegue avançar com posições radicais ou sectarismos partidários. A Constituinte é o cenário propício para a correlação das forças comprometidas com as causas sociais, estejam onde estiverem".

Pragmático, Sigmaringa tem consciência de que a esquerda não conseguirá implantar o socialismo na futura Constituição. Acha, porém, que de uma boa costura de alianças pode resultar um texto avançado: "É ilusório pensar que a Constituinte tornará os meios de produção coletivos. Há uma boa perspectiva, contudo, de que os serviços essenciais sejam estatizados, o que já representaria um passo importante. Em lugar de ficar perseguindo ilusões, o correto é as esquerdas se unirem em torno do que é possível obter neste momento, sob pena de deixar passar a proposta da direita".

O deputado peemedebista também acredita que é viável atrair o centro para as propostas progressistas: "No momento em que começa a pressão social, com suas inevitáveis consequências eleitorais, os constituintes de centro estarão mais próximos de nós que da direita".

Embora seja contrário à constituição de blocos fechados na Constituinte, Sigmaringa Seixas revelou que os parlamentares já começam a reunir-se para identificar ideias comuns e definir estratégias de atuação. Sem discriminações partidárias ou patrilhamento contra o passado de ninguém, o objetivo da esquerda é agrupar o maior número de constituintes em torno de pontos essenciais da futura Carta Magna.

## Direita ainda está calma

JOÃO EMILIO FALCÃO  
Repórter Especial

A definição sobre o direito de propriedade e seus limites é que marcará, na Assembleia Nacional Constituinte, a divisão ideológica. As outras questões estão sendo analisadas pelos seus aspectos políticos, o que permite a conservadores, como o deputado Bonifácio de Andrada (MG), unirem-se à extrema esquerda na defesa da soberania da Constituinte.

O senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PDS, revelou a amigos estar "chocado" com os pronunciamentos feitos na Constituinte "francamente hostis" às Forças Armadas. Ele considerou ofensiva e provocativa a afirmação de que generais revolucionários estavam a serviço das multinacionais e que as Forças Armadas eram uma polícia contra o povo.

### ESQUERDAS

O que será a direita na Constituinte é, até o momento, imprevisível. O senador Roberto Campos (PDS-MT), realmente um líder direitista, está muito satisfeito com o resultado da votação sobre o direito de os senadores participarem ou não da Constituinte. Para ele, dos 122 votos contra, apenas 80 eram de esquerda.

Por esse cálculo seria fácil dizer que, dos 559 constituintes, a direita tem, no mínimo, 400. Os outros — 79 — seriam os indefinidos. O cálculo é arriscado. Contudo, é fácil supor, como Bonifácio de Andrada, que a Constituinte é mais conservadora do que a legislatura 82/86.

Na verdade, o percentual das esquerdas é relativo, pois crescerá na medida em que fracassar a política econômica e, com isto, aumentar a crise atual, que pode se transformar rapidamente em uma crise política institucional.

### CONTIDA

Nesses primeiros dias da Constituinte, a direita ainda não apareceu em plenário. O único diretista confesso que ocupou a tribuna foi o deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS, que o fez não em termos ideológicos. Os seus pronunciamentos foram de crítica à política econômica e ao Governo, não em termos doutrinários.

O PDS, unido no seu pensamento liberal-conservador, não assumiu esta posição. Está, inclusive, dividido sobre a soberania da Constituinte, sustentada por Bonifácio de Andrada, e a prevalência da Constituição em vigor, que tem em Amaral Netto e Konder Reis seus principais defensores no partido. Discutiu o PDS, também, a duração do mandato do presidente Sarney, mas não as invasões de propriedades agrárias.

A tese do deputado Bonifácio de Andrada é de que se não houver primazia da Constituinte, a futura Constituição acabará sendo contestada pelas áreas populares antes mesmo de ser promulgada. Na sua opinião, as esquerdas terão de ser enfrentadas mais cedo ou mais tarde e, por isto, o

melhor é fazê-lo de imediato.

### APAGADAS

Algumas estrelas da direita — uma definição perigosa, mas assim designados os que não pertencem à esquerda — permanecem, até o momento, em atuação discreta. O ex-Ministro Delfim Netto, por exemplo, ainda não teve qualquer participação na Constituinte. Fez declarações irônicas, deu entrevistas, mas não teve sua presença notada em plenário.

Outro deputado muito votado em São Paulo, Afif Domingues (PL), ficará, naturalmente, no grupo defensor do direito de propriedade, mas prefere ser chamado de político de centro, ou melhor, de centro-esquerda. O PL, por exemplo, presidido pelo deputado Alvaro Vale, que nunca negou sua origem lacerdistas, procura ser um partido progressista, oficialmente.

A definição verdadeira ocorrerá em temas específicos, como o direito de propriedade. Os marxistas votarão contra e os liberais-conservadores, logicamente, a favor. Contudo, como no Brasil para tudo se dá um jeitinho, o provável é que seja aprovada a fórmula Afonso Arinos: o direito de propriedade é reconhecido, salvo nos casos de interesse social.

A vírgula acabará sendo a opção da maioria silenciosa. A previsão mais acreditada hoje é de que 20 por cento dos constituintes ficarão com a direita, outros 30 por cento com a esquerda e o restante, 50 por cento, com a vírgula, em cima do muro.